
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CENSOS AGROPECUÁRIOS – 1920 – 1995/96.

Rivaldo Pinto de Gusmão*

1 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O primeiro levantamento de informações estatísticas realizado no Brasil, ocorreu em 1º de setembro de 1872, quando da realização do Recenseamento Geral do país, cujo objetivo principal foi a obtenção de estatísticas demográficas, como também, nos efetuados em 1890 e 1900. Entretanto, cabe lembrar que muitas tentativas foram feitas pelo Governo, visando dotar o país de estatísticas econômicas.

Essas tentativas não foram satisfatórias, motivadas, principalmente, por diversos aspectos conjunturais da época, como a insuficiência de recursos para cobrir os custos dessa operação, o atraso cultural das populações rurais, a falta de experiência por parte das autoridades planejadoras e executoras no sentido de estabelecer uma base adequada para a coleta de informações agropecuárias, as grandes distâncias entre os lugares, a insuficiência do sistema de transporte e ainda, a predominância de meios rudimentares de comunicação.

Com os resultados negativos obtidos com o Censo previsto para 1910, a Diretoria Geral de Estatística ⁽¹⁾ decidiu buscar melhores condições para a realização do próximo Censo de 1920. A Diretoria decidiu então enviar um representante aos Estados Unidos, para obter informações sobre os métodos e procedimentos empregados naquele país no decorrer de suas pesquisas censitárias, como também, comprar ou alugar equipamentos necessários para a apuração dos dados.

O Censo que estava sendo planejado para 1920, previa, além do levantamento das informações demográficas, a obtenção das primeiras estatísticas brasileiras a respeito da situação econômica do país. Assim, as atividades agropecuárias e industriais, também se constituíram em objeto de pesquisas e em particular as informações referentes à produção. Desse modo se concretizou em 1920, o primeiro Censo Econômico do Brasil.

A Diretoria Geral de Estatística estabeleceu, inicialmente, um planejamento

Dr. pela Universidade de Bordeaux, França

que tinha como meta organizar um cadastro dos estabelecimentos rurais, que deveriam servir de base para a distribuição dos questionários. Ao mesmo tempo, elaborou as instruções necessárias à execução do já referido Censo, como também, construiu o primeiro modelo de um questionário e de outros impressos que seriam utilizados no levantamento das informações agropecuárias.

O Questionário do Censo Agrícola, nome definido na época, pesquisou, primeiramente, o nome e o país de origem do ocupante do estabelecimento; a área do estabelecimento; as terras ocupadas com cultivos, pastagens e florestas; o valor da dívida hipotecária, quando existente; número de cabeças dos diversos animais existentes no estabelecimento, com a indicação do gado de puro sangue; a produção pecuária de 1919; a produção de laticínios; a produção de lã; e a produção dos diversos produtos agrícolas dos estabelecimentos rurais.

Como se tratava da primeira tentativa de se investigar um estabelecimento rural a respeito dos diversos aspectos da produção, sem que houvesse uma possibilidade de comparação, pois até essa data não existiam estatísticas agrícolas, os resultados foram satisfatórios, porém apresentaram erros que não invalidaram a conclusão dos trabalhos.

O segundo Censo Agrícola e Industrial do país, de conformidade com a periodicidade e simultaneidade com o Censo Demográfico, cuja previsão por lei específica, deveria ocorrer em 1930. Nessa época, razões de natureza político-institucional determinaram o retardamento da execução das pesquisas, e posteriormente, o seu cancelamento, não sendo, portanto, realizado o Recenseamento Geral do país. Tal fato, resultou num enorme atraso para o país, no que se refere ao processo de consolidação da metodologia de levantamento de estatísticas econômicas.

Com extinção em 1934 da Diretoria de Estatística, instituição vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o planejamento e execução dos Censos brasileiros ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, criado com o objetivo de coordenar as estatísticas no país. Esse Instituto logo foi integrado ao Conselho Nacional de Estatística, que, em conjunto com o Conselho Nacional de Geografia, deu origem ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse novo órgão, criado em 1938, ficou então sendo o responsável pelas estatísticas oficiais. Nessa mesma data, foi criada a Comissão Censitária Nacional, que tinha como função coordenar e articular com outras Instituições a execução do Censo de 1940.

Dessa maneira foi instalada a primeira rede nacional dos serviços censitários

⁽¹⁾Instituição criada pelo Decreto n.º 4.676, de 14 de janeiro de 1871 e que tinha como objetivo garantir a realização dos levantamentos estatísticos do país.

do país e assim, foram elaborados todos os documentos que deveriam ser utilizados nas operações para a realização do Censo de 1940, que era o segundo Censo que levantaria informações sobre a Agricultura, a Pecuária e a Indústria Rural do país.

O Censo Agropecuário naquela época denominado de Censo Agrícola, tinha como instrumento principal de coleta um questionário geral, que deveria ser aplicado em todos os estabelecimentos rurais e respondido com obrigatoriedade pelos produtores rurais. Também foram aplicados dez questionários especiais e, pela primeira vez, seria levantado pelo recenseador um cadastro dos estabelecimentos rurais.

Os questionários especiais se destinavam a levantar as primeiras informações sobre a horticultura e floricultura, a avicultura, a apicultura, o deslocamento de animais para os centros urbanos, o processamento de algodão, de café e de arroz, as atividades das casas de farinha, da vitivinicultura, da indústria de açúcar, dos laticínios de carnes e de seus derivados.

O questionário geral levantou os seguintes aspectos: nacionalidade e lugar de nascimento e finalidade econômica principal dos agricultores; área e valor dos estabelecimentos rurais; tipo e forma de exploração; espécies, quantidade e valor da produção; tipo, características e quantidade de máquinas, veículos e equipamentos; tipos de operação empregadas nos processos agrotécnicos e zootécnicos; capital empregado; benfeitorias, pessoal ocupado nas atividades agrárias, salários e tipos de atividades de beneficiamento da produção agrícola.

Com a apuração dos resultados e com a boa qualidade dos dados obtidos nesse Censo, o Brasil passou então, a dispor de uma grande quantidade de informações estatísticas sobre as atividades agrárias do país.

O terceiro Censo Agrícola foi realizado em 1950 e teve como instrumento de coleta quatro questionários; um questionário geral, que foi aplicado nos estabelecimentos agropecuários que eram considerados como as unidades básicas de informação.; um questionário suplementar, reservado ao registro da produção particular do pessoal ocupado; um questionário especial destinado a levantar informações sobre os animais que se encontravam em outros lugares; e a caderneta do recenseador, que era um instrumento de controle da coleta. Os resultados definitivos do Censo foram aprovados e apresentados ao Governo em julho de 1956

Já o Censo Agrícola realizado em 1960, praticamente, levantou as mesmas informações do Censo anterior, apresentando apenas algumas inovações, como o levantamento do processo de beneficiamento dos produtos agrícolas. Um fato

importante ocorreu na execução dos trabalhos censitários, que foi a utilização pela primeira vez de uma base geográfica, ou seja, o uso de mapas municipais, que serviram como um importante instrumento orientador nos trabalhos de campo.

Para a realização do Censo Agrícola de 1960, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, também empregou pela primeira vez numa operação censitária, um sistema de computação com a finalidade de apurar e criticar os resultados. Também foi empregada a técnica de amostragem na obtenção de informações referentes aos gastos com investimentos, financiamentos e custeio. Entretanto, foram encontradas algumas dificuldades com uso desse novo equipamento, o que contribuiu para um grande atraso nas apurações das informações do Censo cujos resultados somente ficaram disponíveis em 1970, época em que se encontrava quase que pronto todo o planejamento do Censo de 1970.

O quinto Censo Agrícola do Brasil realizado em 1970, passou a se denominar de Censo Agropecuário e teve um planejamento amplamente discutido, como também, procurou seguir as recomendações das Organizações das Nações Unidas e do Instituto Interamericano de Estatística, visando assegurar uma uniformidade dos resultados no âmbito das Américas. Nesse Censo também se pesquisou as mesmas atividades que foram objeto do levantamento realizado em 1960, acrescentando apenas a cunicultura, atividade que em algumas áreas do país se encontrava em fase de expansão.

Os mapas municipais utilizados no Censo de 1960 foram atualizados, visando uma melhor preparação da base geográfica do Censo de 1970 e então foram delimitados os novos setores urbanos e rurais. Para o levantamento das informações foi empregado um questionário geral, para os estabelecimentos agropecuários considerados como unidades econômicas autônomas e um questionário complementar para o pessoal empregado e residente na exploração, bem como para os animais a eles pertencentes. Foi também utilizado uma caderneta para o recenseador e uma folha de controle de coleta das informações.

Os resultados preliminares desse Censo foram entregues ao público no primeiro semestre de 1972, a sua complementação no segundo semestre de 1973 e a conclusão foi efetuada no segundo semestre de 1975, quando da publicação do último volume da série nacional. Cabe ainda destacar, que o Censo Agropecuário de 1970, foi considerado por todos, como o melhor Censo já realizado no país.

A partir do ano de 1975 o IBGE resolveu planejar e realizar os Censos Econômicos de cinco em cinco anos, inclusive, o Agropecuário, com o objetivo principal de detectar as transformações ocorridas na economia do país. Como nos

Censos Econômicos anteriores, esse novo Censo Agropecuário, obedeceu às recomendações internacionais de estatísticas, colaborando de certa maneira com o Censo Mundial de Agricultura. Foram empregados um questionário geral e um complementar, bem como uma caderneta para o recenseador e um impresso para o controle da coleta. A sua divulgação teve início no segundo semestre de 1977, com os resultados preliminares e os resultados finais em nível de municípios, por unidades da federação e para o país como um todo, saíram durante o ano de 1979.

Em 1980 o IBGE, realizou dentro da sua programação mais um Censo Geral do Brasil e também o sétimo Censo Agropecuário do país. Esse novo Censo foi quase que, praticamente, idêntico ao de 1975, no que se refere à metodologia empregada e às informações estatísticas levantadas. As características das atividades agrárias investigadas, bem como a conceituação adotada, são quase as mesmas, cujo objetivo era manter uma compatibilidade dos dados censitários e ainda, colaborar com os organismos internacionais de estatísticas. No âmbito e na profundidade os Censos Agropecuários de 1975 e 1980, são iguais, como também, os seus instrumentos de coleta, a sua base geográfica e os seu plano de divulgação.

O oitavo Censo agropecuário do país foi realizado em 1985, e levantou as mesmas informações coletadas nos dois últimos Censos. Entretanto, são levantadas pela primeira vez informações sobre a finalidade e a origem da assistência técnica; os métodos de conservação do solo; o uso de inseminação artificial em ovinos e outros animais; a existência de depósitos para grãos a granel e embalados; a principal finalidade das criações de ovinos e aves; a origem da produção do mel e da cera; venda de ovos destinados para o consumo e incubação; o Banco do Brasil como fonte de financiamento; as despesas com salários pagos em dinheiro ou em produtos; o aluguel de reprodutores; a compra de sêmen, de ovos fertilizados, a compra de produtos para industrialização, as receitas com venda de flores, plantas ornamentais e grama, com a venda de rãs, de esterco, de sêmen e aluguel de pasto.

Com relação aos instrumentos de coleta foram empregados o Questionário Geral para os estabelecimentos rurais, e o Questionário Complementar, para registrar a produção particular do pessoal residente, - obtida em terras do estabelecimento - e dos animais pertencentes a eles. Ainda foram utilizados a caderneta do recenseador e a folha de coleta, instrumentos necessários ao controle da pesquisa. Os resultados preliminares começaram a ser divulgados durante o ano de 1988 e o resultado final saiu em 1991

Em 1990, o IBGE planejou a execução do décimo Recenseamento Geral do Brasil, entretanto, por motivos políticos e econômicos, apenas o Censo

Demográfico foi realizado, o que representou um enorme retrocesso para as estatísticas econômicas do país. Esse fato ,contribuiu para dificultar ou mesmo impossibilitar a realização de estudos que visem analisar as transformações econômicas ocorridas no país nas ultimas décadas e que precisem empregar uma série estatística.

Em 1995-1996 foi realizado último Censo Agropecuário deste século, que a exemplo dos anteriores, atendeu às recomendações da Organização das Nações Unidas(ONU) e de outros organismos internacionais, contribuindo assim, para assegurar a uniformidade de conceitos e a comparabilidade dos Censos das Nações Americanas. Este Censo levantou informações das seguintes atividades agropecuárias: agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, silvicultura e extração vegetal. Também foram levantadas as informações referentes à produção particular do pessoal ocupado residente e obtida em terras do estabelecimento, bem como, o número de seus animais. Ainda, foram investigadas as atividades de beneficiamento e transformação exercidas nos estabelecimentos agropecuários, excetuando-se as correspondentes às usinas de açúcar, fábricas de polpa de madeira, serrarias e às unidades industriais devidamente licenciadas.

Para a coleta das informações Censitárias foram utilizados um Questionário Geral, aplicado aos estabelecimentos agropecuários, considerados unidades econômicas básicas, e o Questionário Complementar, reservado ao registro da produção particular do pessoal residente (empregados, agregados, etc.) Para o controle da pesquisa foram usadas a Caderneta do Recenseador e a Folha de Coleta.

2 – OS PRINCIPAIS CONCEITOS

Uma explicação sobre os principais conceitos empregados nos Censos Agropecuários de 1995/1996 permite uma melhor compreensão das informações investigadas, como também, ajuda na sua utilização para se analisar as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro.Com a base conceitual se pode verificar a viabilidade de se estabelecer uma série histórica dos resultados.

Um dos principais conceitos do Censo Agropecuário corresponde à identificação da exploração agropecuária que é a unidade básica de investigação – o estabelecimento rural. Considera-se como estabelecimento rural todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinada a um único produtor, onde se processasse

uma exploração agropecuária. Os quintais de residências e hortas domésticas não são considerados estabelecimentos. Já as parcelas não confinantes exploradas em conjunto, por um mesmo produtor, são consideradas como um único estabelecimento, desde que estejam num mesmo setor censitários e utilizem os mesmos recursos técnicos. Porém, as áreas confinantes pertencentes a um único proprietário, mas entregues a administrações diversas são consideradas como estabelecimentos distintos.

Um outro importante conceito necessário para uma melhor compreensão das informações censitárias corresponde a identificação do produtor rural. O produtor rural é uma pessoa física ou jurídica que tem a responsabilidade da exploração agropecuária, seja ela constituída por terras próprias ou de terceiros.

Os produtores rurais foram classificados de acordo com o Censo Agropecuário nas seguintes condições:

Proprietário – quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, são de sua propriedade de forma legal(inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.);

Arrendatário – sempre que as terras do estabelecimento forem tomadas em arrendamento, mediante pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços;

Parceiro – quando as terras do estabelecimento forem de propriedade de terceiros, e estejam exploradas em regime de parceria, mediante contrato escrito ou verbal, do qual resulte a obrigação de pagamento, ao proprietário das terras, de um percentual da produção; e

Ocupante – nos casos em que o produtor explorasse terras publicas, devolutas ou de terceiros, com ou sem o consentimento do proprietário e nada pagando pelo o seu uso.

Ainda é importante se destacar nas informações censitárias, a atividade principal desenvolvida no estabelecimento, ou seja, aquela que proporciona maior fonte de renda e, conseqüentemente, se constitui a base econômica da exploração. As atividades agropecuárias são classificadas da seguinte forma: agricultura, pecuária, agropecuária, horticultura, floricultura, silvicultura, avicultura, cunicultura, apicultura, sericicultura e extração vegetal.

São também considerados como conceitos básicos para a orientação do levantamento das informações estatísticas da Agropecuária no Brasil, definições concernentes ao que é considerado como área total do estabelecimento, como se efetua a direção dos trabalhos agrários, as diferentes formas de utilização das terras

(lavouras permanentes e temporárias, terras em descanso, pastagens naturais e plantadas, matas naturais e plantadas, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis.), a existência de terras irrigadas, como também, os métodos de irrigação e de conservação dos solos, a prestação de orientação técnica para os trabalhos agrários, o emprego de serviço de empreitada, a associação a cooperativas, o controle ou prevenção de doenças ou pragas em animais e nas lavouras, ou em produtos agrícolas armazenados, o uso e procedência de força animal ou mecânica empregada nas atividades agrárias do estabelecimento, o uso habitual de adubos e corretivos. O uso de inseminação artificial e ordenha mecânica, o pessoal ocupado, com ou sem remuneração que execute serviços ligados à atividade do estabelecimento (por sexo e classe de idade), a utilização de pessoal temporário para execução de trabalhos eventuais ou de curta duração, a existência de silos e de depósitos destinados a armazenar ou conservar a produção do estabelecimento, o emprego de máquinas e instrumentos agrários (tratores, arados de tração animal e mecânica e colheitadeiras), os efetivos de animais de grande e pequeno porte, a produção vegetal, a indústria rural e dados financeiros (bens, investimentos, financiamentos, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, despesas e receitas, etc.).

3 – A BASE GEOGRÁFICA

A primeira tentativa de utilização de uma base geográfica para ajudar na realização de um Censo, ocorreu em 1940, quando se empregou uma série de mapas já existentes, visando se obter uma melhor retratação da realidade do espaço brasileiro. No Censo de 1950, havia no país, mapas em uma escala satisfatória para apenas 10% dos municípios existentes. Esses mapas eram freqüentemente elaborados no próprio município e careciam de uma suficiente estrutura geodésica, o que dificultava os trabalhos de campo dos recenseadores.

Para a realização do Censo de 1960, o IBGE, utilizou os mapas elaborados na publicação Enciclopédia dos Municípios, trabalho realizado pelos geógrafos da instituição, onde foram estudados um a um todos os municípios do país. Os mapas municipais existentes nesse trabalho, foram ampliados, e enviados aos agentes municipais para uma complementação de informações. Em seguida, foram realizadas análises do material, visando estabelecer uma sistematização cartográfica, para uma nova elaboração dos mapas. Dessa forma, foram elaborados os mapas

municipais necessários à realização do Censo.

Para o Censo de 1970, foi feito um novo levantamento das informações cartográficas disponíveis, para serem empregadas nas novas descrições dos setores censitários e nos mapas municipais existentes, com o objetivo de atualizar a base geográfica. No decorrer do planejamento desse Censo, foi estabelecido a necessidade desses setores terem uma estabilidade temporal nos seus limites

Com o progresso ocorrido nas últimas décadas nos métodos e instrumentos de pesquisa cartográfica, a base geográfica dos Censos, merece atualmente uma maior confiança nas suas informações. No Censo de 1990 mais de 90% dos mapas municipais empregados foram elaborados a partir de levantamentos aéreo-fotogramétricos.

3 1 - Os mapas municipais para fins estatísticos

Os mapas municipais elaborados para fins estatísticos contêm os limites e as subdivisões do município, os principais acidentes geográficos, todas as estradas e caminhos existentes, cidade, vilas, povoados e aglomerados rurais, bem como qualquer informação geográfica ou cartográfica que possa auxiliar uma pesquisa de campo. Para uma melhor operacionalização das pesquisas censitárias, os municípios são divididos em setores. O Setor Censitário considerado a unidade básica de coleta, se constitui de área territorial contínua, na mesma situação – urbana ou rural – do mesmo distrito administrativo. A delimitação dos Setores Censitários nos mapas municipais deve respeitar os seguintes limites administrativos:

- 1 – Unidades da federação (Estados e Distrito Federal)
- 2 – Municípios
- 3 – Distritos
- 4 – Regiões administrativas; subdistritos e zonas (unidades administrativas municipais, normalmente estabelecidas nas grandes cidades)
- 5 – Área urbana(área definida por lei municipal)
- 6 – Área rural – área externa ao perímetro urbano
- 7 – Área urbana isolada - área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal

3. 2 - As áreas objeto de apuração para o Recenseamento

Para a execução dos Censos os municípios são divididos em áreas específicas obedecendo aos seguintes critérios

1 - áreas especiais: são consideradas áreas especiais os parques (nacional, estadual e municipal), as reservas ecológicas, as estações ecológicas, as estações biológicas, as reservas florestais ou reservas de recursos (áreas não-habitadas, de difícil acesso e em estado natural), as áreas de relevante interesse ecológico, as áreas de proteção ambiental, as áreas de preservação permanente(área com uma cobertura natural a ser preservada e inferior a 500 ha) , monumentos naturais e culturais, áreas indígenas, colônias indígenas, reservas indígenas, parques indígenas e terras indígenas.

2 – Aglomerado subnormal (favelas e similares)

3 – Aglomerado rural (conjunto de domicílios localizados em área rural com mais de 50 unidades)

4 – Aglomerados rurais do tipo extensão urbana (assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidas a partir da expansão da cidade ou vila)

5 – Aglomerados rurais isolados, os povoados, os núcleos (aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo, ex. empresa Agrícola, Usina, Indústria) e outros aglomerados rurais.(quando apresentam mais de 10 e menos de 51 domicílios)

6 – Área urbanizada de cidade ou vila.

7 – Área não urbanizada de cidade ou vila(área não-urbanizada, agrícola ou ociosa, porém, legalmente definida como urbana.)

3.3 - Critérios quantitativos para delimitação de setores em área urbana e rural

1 – Para a área urbana :

- área urbanizada – cada setor deve ter o número mínimo de 250 domicílios, médio de 300 e máximo de 350
- área não-urbanizada – cada setor deve ter o número mínimo de 150 domicílios, médio de 200 e máximo 250

2 – Para a área rural

- cada setor deve ter o número mínimo de domicílios de 100, médio de 150, e máximo de 250, podendo ainda, influenciar nesses critérios as dificuldades de transporte na área.

3 – Área máxima do setor deve ser de 500 km²

Para a coleta dos dados dos Censos, a área territorial do Brasil, com 8.456.508 Km², foi dividida em 154.647 Setores Censitários e destes 82.258 apresentaram informações agropecuárias.

Finalmente, cabe lembrar que a base geográfica do Censo é considerada como parte integrante de um sistema em que cada Setor (unidade mínima de coleta) corresponde a um conjunto de informações estatísticas sobre a sua área.

4 - ALGUNS PROBLEMAS RELACIONADOS QUANTO AO USO DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Os Censos Agropecuários são um importante instrumento de análise para se compreender ou identificar as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro ao longo do período de 1920-1996. Os pesquisadores ao empregarem os dados Censitários para analisarem as transformações ocorridas num determinado período, devem levar em consideração as modificações conceituais verificadas ao longo do tempo nos Censos, que dificultam ou mesmo impedem a sua comparação.

Uma primeira modificação que deve ser ressaltada é que diz respeito à data de referência considerada no levantamento das informações Censitárias; por exemplo, os Censos Agrícolas de 1920, 1940 e 1960, tomaram como data base para a obtenção das informações o dia 1º de setembro, o de 1950, foi 1º de julho, enquanto que os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, utilizaram como data de referência o dia 31 de dezembro; já o último realizado em 1995-1996, teve como período de referência de 1.º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996, sendo que para os dados sobre propriedade, área, pessoal ocupado se refere a 31 de dezembro de 1995 e os dos efetivos da pecuária, das lavouras permanentes e da silvicultura, 31 de julho de 1995. Essa mudança ocorrida no período de referência deste último Censo, escolhendo o ano agrícola ao invés do ano civil adotado nos anteriores, não permite uma comparação com os outros Censos.

Outra importante alteração verificada no decorrer da realização dos Censos Agropecuários foi com referência ao conceito de estabelecimento. O estabelecimento rural até o Censo de 1970 era formado apenas de área contínua, enquanto que, a partir de 1975, ter áreas não-contínuas, desde que utilizasse os mesmos recursos técnicos e humanos, que estivessem subordinados a uma única administração e que fizessem parte de um mesmo setor censitário.

Portanto, é de grande importância que os pesquisadores ao utilizarem os

dados de diferentes Censos Agropecuários, evitem estabelecer comparações sem que tenham maiores cuidados, principalmente, quando estas foram efetuadas em relação ao realizado em 1995-1996. Esse procedimento poderá conduzir a conclusões indevidas sobre os padrões diferenciadores da evolução da agropecuária brasileira. Finalmente cabe lembrar, que as informações estatísticas censitárias, quando usadas com o devido cuidado são extremamente úteis para se estabelecer avaliações da estrutura agropecuária, como também, são um importante elemento para se analisar e compreender a realidade do país, permitindo análises em diferentes níveis, estados, mesorregiões, microrregiões e municípios. Na realidade é nos Censos que encontram o maior número de informações sobre a agropecuária brasileira.

BIBLIOGRAFIA

I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Agrícola – 1920,1940,1950 e 1960,Rio de Janeiro.

I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Agropecuários – 1970, 1980 e 1995/1996, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The report, first of all, tells the progress of agricultural statistics en Brazil since the first Census done in 1920, until the last one done in 1995/1996. It also contains the most important information form them.

Secondly, its shows the fundamental concepts that directed the planning and the execution of such a project and presents the main charactristics and the importance of the geographhic basis which facilitate putting into effect farming projects.

It also reveals some of the difficulties researchers will find in analysing farming and cattle raising statistics in a series.